



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE BIBLIOTECONOMIA
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA**

GILVAN DE LIMA TOMAZ

**A IMPORTÂNCIA DA LEITURA PARA A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA:
ATUAÇÃO DO BIBLIOTECÁRIO NA BIBLIOTECA ESCOLAR**



NATAL-RN
2010

GILVAN DE LIMA TOMAZ

**A IMPORTÂNCIA DA LEITURA PARA A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA:
ATUAÇÃO DO BIBLIOTECÁRIO NA BIBLIOTECA ESCOLAR**

Monografia apresentada à Disciplina Monografia, ministrada pela Professora Maria do Socorro de Azevedo Borba apresentado ao Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia.

Orientador: Prof. André Anderson Cavalcante Felipe

NATAL-RN
2010

Catálogo na publicação da fonte

T655i Tomaz, Gilvan de Lima.

A importância da leitura para a construção da cidadania:
atuação do bibliotecário na biblioteca escolar/ Gilvan de Lima
Tomaz. – Natal, 2010.
48 f.

Orientador: André Anderson Cavalcante Felipe
Monografia (Graduação em Biblioteconomia) – Universidade
Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Sociais
Aplicadas. Departamento de Biblioteconomia.

1. Leitura. 2. Cidadania. 3. Biblioteca Escolar. 4. Bibliotecário. I.
Felipe, André Anderson Cavalcante. II. Universidade Federal do
Rio Grande do Norte. III. Título.

RN/UF/DEBIB

CDU 028.1.341.215.4:023.5.027.8

GILVAN DE LIMA TOMAZ

**A IMPORTÂNCIA DA LEITURA PARA A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA:
ATUAÇÃO DO BIBLIOTECÁRIO NA BIBLIOTECA ESCOLAR**

Monografia apresentada à Disciplina Monografia, ministrada pela Professora Maria do Socorro de Azevedo Borba apresentado ao Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia.

Orientador: Prof. André Anderson Cavalcante Felipe

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. André Anderson Cavalcante Felipe
Orientador

Profa. Msc. Maria do Socorro de Azevedo Borba
Examinadora

Profa. Francisca de Assis de Sousa
Examinadora

Ofereço a Deus, meu redentor, por mais uma vitória, alcançada.

A minha querida mãe Francisca Gomes, pela educação, preocupação e conselhos no decorrer de toda minha vida.

A meu professor e orientador André Anderson pela paciência, incentivo e dedicação.

Aos meus amigos pelo o apoio dado e pelas experiências vivenciadas.

AGRADECIMENTOS

Ao meu Criador, Mantenedor, Salvador e Senhor, a quem rendo toda glória.

A minha mãe, que tanto se sacrificou por mim, desde de meu nascimento até então.

Ao professor André Anderson pela disponibilidade de tempo, material, orientação, carisma...

A todos os professores, por todo o empenho e embasamento teórico construído através das aulas explanadas durante o decorrer do Curso de Biblioteconomia.

Aos colegas de turma e de meu coração, que deixarão muitas saudades, mas recordarei lindas lembranças de momento maravilhosos passados juntos, que jamais serão apagados e nem muito menos esquecidos.

A todos os funcionários da Biblioteca Setorial do Centro de Ciências da saúde, que me acolheram como um verdadeiro filho no período do Estágio Supervisionado.

Aos meus colegas de pelada, Andriê, Carlos, Clébson, Fernando e Helder.

Agradeço imensamente a Silvestre Martins e Antônio Eduardo, que tanto me auxiliaram no processo de revisão de minha monografia.

Enfim, a todas as pessoas que eu quero bem e desejam a minha felicidade e o meu sucesso, a todos, meu muito obrigado.

Ler é reagir com os sentidos, ver e ouvir os sentidos gráficos e com a emoção apreciar, concordar, ou discordar, identificar-se, satisfazer-se.

Maria do Socorro de Azevedo Borba

RESUMO

A presente pesquisa mostra a leitura como mecanismo imprescindível para a formação de cidadãos críticos, apresentando a Biblioteca Escolar como um contexto de aprendizagem responsável pela formação social dos indivíduos através da democratização da leitura e auxiliada pelo bibliotecário. Utiliza como referencial teórico os conceitos de leitura, cidadania, biblioteca escolar, da pesquisa teve como fonte a pesquisa documental, com revisão de literatura em fontes impressas e eletrônicas, voltadas para o universo da leitura, adotando o leitor como elemento principal da pesquisa, tendo como temática o desenvolvimento do gosto pela leitura no contexto da família do indivíduo, da escola e da biblioteca escolar. Evidencia-se a existência de falhas, dificuldades e limitações na educação e o ensino básico no Brasil, acarretando problemas no processo de formação do leitor. Aponta a necessidade de uma nova postura do profissional bibliotecário para se adequar a nova realidade de atuar também como educador em uma função pedagógica equivalente a de professor, orientando o aluno na utilização da biblioteca escolar buscando uma maior aproximação com a comunidade. Conclui que a leitura é muito importante para a construção da cidadania, em que o trinômio professor, biblioteca escolar e bibliotecário escolar são fundamentais neste processo, incentivando a prática e o gosto pela leitura e como consequência a formação do leitor, preparando desta forma o indivíduo para as exigências da sociedade moderna e formando um cidadão participativo e esclarecido em busca de uma sociedade mais justa e igualitária.

Palavras chave: Leitura. Cidadania. Biblioteca Escolar. Bibliotecário.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CBL - A Câmara Brasileira do Livro

EUA - Estados Unidos da América

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MEC - Ministério da Educação

MinC - Ministério da Cultura

OCDE - Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico

ONGS - Organizações Não Governamentais

ONU - Organização das Nações Unidas

PIB - Perspectivas do Investimento no Brasil

PNE - Plano Nacional de Educação

PNLL - Programa Nacional do Livro e Leitura

SNEL - Sindicato Nacional dos Editores de Livros

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 EM BUSCA DA CIDADANIA	14
2.1 O NASCIMENTO E A EVOLUÇÃO DA CIDADANIA	14
2.2 A CIDADANIA NO BRASIL.....	18
3 A LEITURA NO CONTEXTO DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO ...	21
3.1 LEITURA E A FAMÍLIA.....	21
3.2 LEITURA NA ESCOLA	25
3.3 LEITURA NA BIBLIOTECA.....	27
3.4 LEITURA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA.....	29
4 LEITURA: ANÁLISE CONTEXTUAL BRASILEIRA	31
4.1 A EDUCAÇÃO E O ENSINO FUNDAMENTAL NO BRASIL	35
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
REFERÊNCIAS	44

1 INTRODUÇÃO

A Sociedade vigente do Século XXI em que se depara, mais conhecida como Sociedade da Informação, está cada vez mais evoluída, excludente e competitiva, exigindo do indivíduo uma competência informacional, ou seja, uma habilidade de organizar e interagir com a informação de forma a utilizá-la em questões particulares, resolução de problemas e na tomada de decisão, sendo capaz de transmitir a outros, conhecimento proveniente dessas ações e decisões.

A própria informação e o conhecimento podem ser encarados como instrumentos básicos para novas possibilidades e melhores perspectivas para preencher esta lacuna.

A prática de leitura é vista como indispensável para a formação intelectual e profissional do homem e para a sua conscientização sócio política, onde a biblioteca, de modo geral, auxiliada por professores e bibliotecários poderá oferecer diversas possibilidades de enriquecimento informacional e ser uma estimuladora na busca deste conhecimento armazenado, atuando diretamente na formação do leitor e também na capacitação e formação do cidadão.

Nesta sociedade da aprendizagem todos os indivíduos devem estar sempre aprendendo e reaprendendo constantemente, tendo como um dos motivos, as inovações no mundo da comunicação e a velocidade com que as inovações proliferam e se alteram exigindo dos indivíduos um estudo continuado para a vida inteira.

Dessa forma o gosto pela leitura torna-se um fator crucial para os indivíduos principalmente no que compete ao exercício da cidadania, visto que a sociedade está produzindo novas necessidades e novas exigências nos quesitos de ensino e aprendizagem.

No entanto leitura no Brasil passa por um momento delicado onde a negligência por parte das autoridades do país em relação a uma política de leitura,

tem formado leitores considerados analfabetos funcionais, que não são capazes de compreender textos complexos de outras áreas ou mesmo textos de sua área de competência.

Diante do exposto se depara com os seguintes problemas:

- a) Quais as transformações coletivas/individuais que a prática da leitura pode gerar na sociedade?
- b) Como formar leitores e futuros cidadãos de uma Biblioteca Escolar?
- c) Qual o papel do bibliotecário na formação de leitores e na construção de futuros cidadãos numa Biblioteca Escolar?

Em relação à leitura, nota-se que a mesma é fundamental para a formação do cidadão, que necessita de instrução, ou seja, de educação para a formação do caráter. A leitura é um instrumento esclarecedor, modificador e fundamental para a formação intelectual do indivíduo.

A informação por sua vez assimilada e compreendida permite ao leitor uma conscientização e compreensão da realidade que o cerca, analisando desta forma suas possibilidades e necessidades, buscando melhorar suas condições, ou seja, buscar qualidade de vida.

O bibliotecário além de detentor e disseminador trabalha diretamente com a informação, seja no ato técnico de indexar arquivos ou organizar acervos de bibliotecas, sendo um profissional com uma educação continuada e consciente da transformação e desenvolvimento que a prática da leitura pode trazer para toda uma sociedade, atuando na formação do leitor, que pode evoluir de um usuário em potencial para um usuário real de uma unidade de informação, ou seja, o profissional bibliotecário é um mediador entre a informação e os indivíduos, contribuindo de forma essencial para a construção da cidadania.

Nossa motivação se dá pela complexidade deste assunto, onde é necessário que se façam estudos teóricos e/ou práticos no sentido de mostrar a importância da prática de leitura para a formação intelectual e profissional do homem para a sua

satisfação pessoal e conscientização, em busca de uma sociedade mais justa, esclarecida, qualificada e atuante nas questões políticas, econômicas e sociais vivenciadas, onde todos através do conhecimento adquirido possam estar inseridos no contexto da sociedade da informação vigente, pleiteando e lutando por uma qualidade de vida, ou, seja por seu bem estar.

Diante dessa realidade, tem-se como objetivo geral: analisar a prática da leitura na sociedade contemporânea enquanto mecanismo para a formação da cidadania, com o intuito de sugerir outras formas de promover a leitura, assim como uma nova postura do profissional bibliotecário.

Como objetivos específicos é pretendido:

- a) Mostrar a leitura como mecanismo imprescindível para a formação de cidadãos críticos;
- b) Apresentar a Biblioteca Escolar como um contexto de aprendizagem responsável pela formação social dos indivíduos através da democratização da leitura;
- c) Verificar o papel do bibliotecário como educador e formador de leitores.

Como referencial teórico, foi adotado o conceito de leitura, cidadania, biblioteca escolar, bibliotecário, baseados em Sandroni & Machado (1991), Borba (1999), Cipro Neto (2009) e Milanesi (1983) por serem temáticas imprescindíveis para a construção da pesquisa, estando elas diretamente interligadas.

A metodologia utilizada para o desenvolvimento do trabalho teve como fonte a pesquisa documental, com revisão de literatura em fontes impressas e eletrônicas, voltadas para o universo da leitura, adotando o leitor como elemento principal da pesquisa, tendo como temática o desenvolvimento do gosto pela leitura no contexto da casa do indivíduo, da escola e da biblioteca escolar.

Diante do que foi pesquisado entende-se que, para um melhor entendimento do ideal a ser construído que é mostrar a importância da leitura na construção da cidadania, o trabalho está estruturado da seguinte forma:

No segundo capítulo será abordado o conceito, a origem e a evolução da cidadania, comentando a sua realidade no contexto geral e no Brasil, retratando o processo da prática de leitura como ferramenta de assimilação de informação, pressupostos básicos para o exercício da cidadania, ampliação da base de conhecimento pessoal, objetivando uma sociedade justa, determinada e igualitária.

No terceiro capítulo enfoca a leitura no contexto social, salientando a sua importância como posição de destaque já na infância da criança e a participação da família neste processo, auxiliada pelos professores na escola e bibliotecários na biblioteca, todos engajados na formação do leitor, buscando conscientizar e preparar o futuro cidadão para a competitiva sociedade da informação que exige profissionais mais capacitados e competentes com acesso e o domínio sobre as novas tecnologias.

No quarto capítulo destaca o momento preocupante que atravessa a leitura no Brasil e a negligência por parte das autoridades em relação à educação e o incentivo à formação de leitores. Destaca também o desinteresse do brasileiro pela leitura e as falhas no processo educacional no país, com uma baixa frequência na presença de alunos e um número elevado na evasão escolar.

No quinto capítulo diz respeito à metodologia, ou seja, o percurso metodológico, o tipo de abordagem, mostrando de forma detalhada o caminho percorrido para a execução de todo o levantamento de dados obtidos através dos suportes informacionais.

As considerações finais destacam os questionamentos, a importância da leitura no processo de aprendizagem, na construção da cidadania e na conscientização do indivíduo, auxiliada pela biblioteca escolar elemento fundamental na estrutura curricular de um indivíduo, responsável também por sua formação social e preparação profissional, através da democratização da leitura com a atuação conjunta de bibliotecários e professores engajados no incentivo à prática e o gosto pela leitura visando à formação do leitor e a construção da cidadania.

2 EM BUSCA DA CIDADANIA

A origem da cidadania está atribuída em princípio à cidade ou polis grega entre os séculos VIII, e VII a. C, sendo um termo que está associado diretamente à vida em sociedade, composta de homens livres, com participação política contínua numa democracia direta, em que o conjunto de suas vidas em coletividade era debatido em função de direitos e deveres (RESENDE FILHO, 2007).

2.1 O NASCIMENTO E A EVOLUÇÃO DA CIDADANIA

A palavra cidadania é derivada de cidadão, que vem do latim *Civita*, pode ser definida como uma condição ou qualidade de cidadão (CIPRO NETO, 2009). O termo cidadania não deve ser resumido ou confundido apenas como a arte de votar, pois o voto por si só não garante a condição de ser cidadão (COVRE, 2007), a mesma significa uma participação, um compartilhamento de conhecimento, um compromisso pessoal com a sociedade, onde o indivíduo é consciente de suas decisões e conhecedor de seus direitos e deveres.

Em relação a este detalhe Silva (1991) ressalta que um homem só pode ser considerado um homem esclarecido quando puder exercer seu direito de julgar para realizar escolhas éticas, tanto em relação a seus próprios atos, como em relação ao ambiente em que vive.

A Informação quando produzida, distribuída e repassada de forma correta e igualitária, produz crescimento e desenvolvimento para uma sociedade, que através de informação adquirida amplia a sua base de conhecimento, capazes de descobrir suas possibilidades e solucionar suas necessidades, buscando melhorar a sua qualidade de vida, objetivando uma sociedade, justa, determinada e igualitária.

Através da leitura é produzida a informação, elemento chave que dará as condições, ou seja, fornecerá ao homem subsídios para que tenha o mínimo de consciência possível.

A informação é um dos pressupostos básicos para o exercício da cidadania menciona Santos (2008), dando as coordenadas para que o indivíduo participe, ocupe espaço na sociedade, acobertado pela constituição brasileira que dá a garantia de igualdade a todos perante a lei, sem discriminação de cor, raça, ou credo.

A constituição Federal do Brasil de 1988 também orienta o indivíduo no cumprimento de seus deveres e suas responsabilidades individuais como a arte de votar e coletivamente em movimentos sociais, buscando a garantia de direito em relação a uma vida digna e um salário condizente com as necessidades da população.

Ainda em relação aos movimentos sociais, Resende Filho (2007) complementa que, a participação na vida social e política conferem ao indivíduo o status de cidadão, em que a informação é um fator determinante para a formação de cidadãos atuantes orientando desta forma o indivíduo e a sociedade a atingirem a emancipação pessoal pelo exercício efetivo da cidadania.

A definição de cidadão para Cipro Neto (2009, p. 145) “refere-se ao indivíduo no gozo dos direitos políticos e civis de um Estado.”

Reforçando o que já foi mostrado anteriormente, a Constituição é um importante documento para uma sociedade, este conjunto de leis limita os poderes dos governantes, sendo uma ferramenta que estabelece os direitos do indivíduo, sendo um importante instrumento de segurança para os cidadãos.

A forma de pensar e agir dos grupos que formam uma sociedade está ligado diretamente aos valores adquiridos pela leitura e uma boa educação, o qual orienta o comportamento do indivíduo, ou seja, é preciso haver uma educação para a cidadania.

Oriá (1997) salienta que, ao socializar o conhecimento historicamente produzido e preparar as atuais e futuras gerações para a geração de novos conhecimentos, a escola estará cumprindo o seu papel social, e Rocha (2000) complementa, que a educação assume papel fundamental no processo de organização de uma sociedade, viabilizando o projeto da sociedade do conhecimento e operacionaliza a formação e o exercício da cidadania.

A cidadania em exercício cria as condições de os homens se libertarem da condição de excluídos, possibilitando o surgimento de uma nova sociedade, mais igualitária e justa, rompendo com a alienação imposta por aqueles que detêm a informação, ou, seja, a cidadania é uma categoria estratégica para uma sociedade melhor.

Covre (2007) relata que a cidadania permite ao homem perceber-se e perceber seu espaço no Universo, e que promove forças para ajudar a mudar o mundo, onde cada cidadão deve viver os seus princípios, tendo a sua individualidade respeitada, buscar dentro de si a sensação de bem-estar, buscando conscientemente os seus direitos através do conhecimento adquirido pela prática de leitura e conhecimento de mundo.

A Cidadania oferece ao indivíduo a possibilidade de reivindicar, pois não há uma mudança, seja interna/pessoal ou democrática sem luta por parte do cidadão, ou seja, as pessoas tendem a pensar a cidadania apenas em termos dos direitos a receber, negligenciando o fato de que elas próprias podem ser o agente da existência desses direitos, sujeitos daquilo que podem conquistar.

As Organizações Não Governamentais sem fins lucrativos (ONGS), igrejas, entre outras entidades, tem auxiliado e até mesmo feito o papel do Estado em procurar garantir as condições básicas de cidadania do indivíduo, defendendo desta forma os interesses do cidadão excluído, pois vêem que esta população atendida representa a reserva moral da sociedade.

O termo cidadania está fortemente ligado ao político e social, onde á partir do Século XVII com o surgimento das modernas sociedades industriais e uma nova

visão de mundo em diversos ramos, acarretaram numa reivindicação no sentido político, civil e social. Estas mobilizações estão presentes nos dias de hoje de acordo com a sua realidade e necessidade, em que o lado conservador independentemente de época trabalha para retardar esta evolução, procurando conter as lutas travadas por direitos legítimos.

O conceito de cidadania está associado ao adjetivo “político”, derivado de polis (cidade-estado antiga) notado na Grécia antiga, onde as transformações ocorridas na sociedade de ambas em relação ao campo bélico, político e também sua urbanização foram responsáveis pela alteração no nível da sociedade, onde de início somente era considerado cidadão, detentor de poderes políticos, apenas quem era nascido em terras gregas, no entanto naturalmente a cidadania passou a ser exercida por pessoas estrangeiras que passaram a ter status de cidadão (RESENDE FILHO, 2007).

O Iluminismo foi um período muito importante para o processo de Cidadania, considerada uma época de grandes revoluções e transformações na área da política, economia, ciência e artes numa busca pela disseminação do conhecimento e da liberdade de pensamento em busca da construção de uma sociedade mais justa.

A cidadania evoluiu bastante através dos tempos, sempre de acordo com a realidade da época, atualmente, não tem como falar deste termo, sem que mencione e associe também os direitos humanos, que prega a ideia de liberdade de pensamento e de expressão, e a igualdade perante a lei, em que a Organização das Nações Unidas (ONU) enfatiza que todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos, possuindo razão e consciência, onde o espírito da fraternidade deve prevalecer entre todos.

A semelhança de cidadania com os direitos humanos não se limitam apenas aos ideais propostos, mas também a forma com que estes direitos são violados pela sociedade mesmo num regime democrático, democracia esta, não suficiente para promover as condições necessárias ao exercício pleno de cidadania, como menciona Covre (2007) que, quem detém o poder encaminha as coisas na direção

que atenda basicamente aos seus interesses, e não ao interesse coletivo, apesar da aparência contrária, deixando muitos cidadãos excluídos dos processos de decisão política e desinformados de seus direitos básicos e essenciais.

Quando um cidadão tem os seus direitos e deveres assistidos, os seus direitos humanos passam a ser respeitados, já que os direitos humanos é uma questão de primeira ordem para o tema da cidadania contemporânea (RESENDE FILHO, 2007).

Contudo, Covre, (2007) salienta, que os indivíduos também são responsáveis e não apenas vítimas por esse tipo de comportamento da chamada sociedade e cultura de massas, onde é necessário que este mesmo indivíduo realize sua revolução individual-cultural e desenvolva uma nova ética social.

Partindo deste pressuposto, para que o indivíduo adquira as condições de uma cidadania plena, é necessária uma revolução interna, que pode ser alavancada através da prática de leitura em busca do conhecimento, podendo ser considerado um primeiro passo para sobrepor a alienação ainda vigente na sociedade brasileira.

2.2 A CIDADANIA NO BRASIL

Após a independência Brasileira sobre Portugal em 1822, um dos primeiros marcos importantes em relação à cidadania, foi a abolição da escravidão pela princesa Isabel em 13 de maio de 1888, incorporando os ex-escravos aos direitos civis, dando fim ao que chamam de ponto negativo da cidadania, no entanto esta abolição foi mais formal que real, quando nos deparamos com as poucas mudanças que tinham entre um fim de um regime político e início de outro (CARVALHO, 2008).

A cidadania ganhou bastante força no Brasil, após a queda da ditadura militar, no ano de 1985, o termo se popularizou entre o povo, onde políticos, jornalistas, intelectuais, líderes sindicais e cidadãos comuns a adotaram e lutaram pelas chamadas diretas já, reivindicando o direito ao voto direto pela população. No

entanto, após a reformulação da constituição brasileira de 1988, viu-se que somente através dos votos não garantiria cidadania, pois mesmo nos dias de hoje com a democracia em exercício ainda vemos muitos cidadãos excluído de seus direitos mais básicos.

A herança colonial pesou demais na área dos direitos civis da sociedade brasileira, onde a cidadania atualmente é desdobrada nos direitos civis, políticos e sociais, ou seja, para se ter cidadania plena basta ser titular destes três direitos, a questão problema neste sentido, é a não participação do povo nas grandes decisões públicas e a grande manipulação política que ainda vigora num sistema considerado Estado Democrático.

Historicamente, os países que alcançaram a cidadania com maior rapidez adotaram a educação popular como meta principal, permitindo que as pessoas tomem conhecimento de seus direitos e lute por cada um deles, Carvalho (2008, p. 11) enfatiza, que “a ausência de uma população educada tem sido sempre um dos principais obstáculos à construção da civil e política”.

Segundo Pinsk (2005) cidadania é ter direitos e obrigações, afirmando, que ao contrário do que muitos pensam, a cidadania se aprende na escola.

A Cidadania é vista apenas como uma série de direitos, deveres e atitudes do cidadão, no entanto os indivíduos devem fazer a sua parte, pois na realidade, a população brasileira faz parte de uma sociedade ainda patriarcal e assistencialista, onde não desenvolveu uma mentalidade autocentrada e não aprendeu a assumir as atitudes e responsabilidades sociais que uma sociedade complexa e esclarecida exige em que existe um acordo em se cumprir contratos sociais, onde todos devem buscar o seu cumprimento, isto é, fazer a sua parte numa responsabilidade coletiva e individual, ou seja, é a prática da Cidadania plena exercida com a participação de todos.

A leitura é muito importante para o desenvolvimento do cidadão, que necessita de instrução, ou seja, de educação para a formação do caráter. A leitura

colocada em prática pode ser transformada em um instrumento esclarecedor, modificador e fundamental para a formação intelectual do indivíduo.

.Para Barreto (2002, p.49):

A informação é um instrumento modificador da consciência do indivíduo e de seu grupo social, sendo estabelecida como conhecimento só quando a mesma for percebida e aceita como tal, colocando o indivíduo em um estágio melhor de desenvolvimento, consciente de si mesmo e dentro do mundo onde se realiza a sua odisséia individual

Esta compreensão da informação permite ao leitor uma conscientização da realidade que o cerca, analisando desta forma suas possibilidades e necessidades, buscando melhorar suas condições, ou seja, buscar qualidade de vida, através da prática de leitura, essencial para se adequar a realidade da Sociedade contemporânea, que será enfocada no próximo capítulo.

3 A LEITURA NO CONTEXTO DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

O ato de ler é muito importante para a formação intelectual do homem, pois é através do gosto pela leitura que se produz subsídios para se buscar senso crítico, ou seja, uma compreensão, reflexão, construção de um pensamento próprio, promovendo uma experiência de liberdade e de autonomia, auxiliando o indivíduo na resolução dos seus problemas.

Sandroni e Machado (1991, p.8) comenta que, “ler é ver o que está escrito, interpretar seu por meio da leitura, decifrar, compreender o que está escondido por um sinal exterior, descobrir, tomar conhecimento do conteúdo de um texto pela leitura”.

Ainda sobre esta questão Borba (1999, p. 18) complementa, que “ler é reagir com os sentidos (ver e ouvir os sentidos gráficos) e com a emoção (apreciar, concordar, ou discordar, identificar-se, satisfazer-se)”.

Diante desta postura é visto que existe um leitor, um código e um autor, e diante deste código, que é representado por um texto, se torna possível a comunicação entre leitor e autor, ao mesmo tempo em que é percebido que a leitura é um processo de aprendizagem contínuo de assimilação e compreensão dos códigos, sejam eles simples ou mais complexos.

Para que a leitura possa se transformar em uma ferramenta de interesse e passe a fazer parte da vida do ser humano, é preciso levar em consideração os possíveis tipos de leitura, seus direcionamentos, estilos e filosofia.

3.1 LEITURA E A FAMILIA

Para que o gosto da leitura possa ser desenvolvido e que passe a ter uma posição de destaque já na infância, é necessário que a família participe e incentive

de forma constante neste processo desde o período pré-escolar do indivíduo, pois é nesta fase que a criança decidirá se será um leitor assíduo, questionador e consumidor, com uma ligação regular com os livros, ou apenas um conhecedor e mero passivo decifrador de códigos.

Em relação a este tema Sandroni e Machado (1991) comenta a necessidade de o livro entrar na vida da criança antes da idade escolar e passe a fazer parte de seus brinquedos e atividades do dia a dia, como ressalta Campelo (2005) que livros de pano, de plástico, de brinquedo e com imagens devem ser oferecidos as crianças mesmo antes de aprenderem a ler.

Partindo desta visão, é notório que a casa da família pode ser considerada um aliado na busca da formação de um leitor, auxiliando a escola na tarefa de ensino-aprendizagem, ou seja, o prazer pela leitura deve ser sugerido ao indivíduo o mais cedo possível.

O gosto pela leitura é um dos resultados mais importantes da socialização e de forma geral pode ser adquirido através da educação, no entanto é algo trabalhoso de ser formado pelo fato de ser alcançado de forma gradual e através de longas etapas, sendo preciso respeitar o grau de aprendizagem da criança, até que chegue o período de domínio da leitura como ressalta Bamberger (1991) que a literatura deve ser adequada aos diversos níveis de interesse, por isso a influencia familiar é fundamental para que este gosto de ler permaneça sempre ativo e permanente na vida do indivíduo.

Sandroni e Machado (1991, p. 9) reforça que, “è possível até fazer um paralelo entre dois hábitos fundamentais: o hábito alimentar e o hábito de leitura. A criança comerá o que a sua família ou grupo social come”. Sendo assim, a capacidade de ler está intimamente ligada à motivação, ou seja, a criança que se interessa em aprender e que foi incentivada precocemente pelo universo literário e lingüístico exercido em casa vem a se transformar num leitor capacitado.

Martins (1994) fala que o hábito de ler preconiza o gosto pela leitura, que poderá minimizar o problema da submissão educacional eficiente proporcionando a

formação integral do indivíduo. As fases de desenvolvimento da leitura devem ser percebidas e analisadas pelo professor.

Bamberger (1991, pg. 33) caracteriza as fases de leitura como:

Idade dos livros de gravuras e versos infantis de (2 a 5 ou 6 anos), a idade do conto de fadas (de 5 a 8 ou 9 anos), idade da “histórias ambientais” ou da “leitura atual” (de 9 a 12 anos), idade das histórias de aventuras: realismo aventuroso ou a fase da leitura não psicológica orientada para sensacionalismo (de 12 a 14 ou 15 anos) e por fim os anos da maturidade ou o “desenvolvimento da esfera estético-literária da leitura” (de 14 a 17 anos).

Partindo deste princípio a leitura de ficção pode ser uma ótima ferramenta de incentivo a prática e o gosto de leitura, pois as crianças sentem prazer em tomar o lugar dos personagens dos livros, influenciando a aptidões intelectuais como o uso da imaginação, da fantasia, identificação de personagem ajudando a penetrar no universo de outro ser, na busca de enriquecer suas próprias idéias sem perder a sua individualidade, ou seja, é uma fonte de prazer e lazer de alta aceitação entre as crianças, proporcionando um interesse quase imediato, salientando também a importância dos poemas e versos, cartas enigmáticas, o som das palavras como as cantigas de ninar, as rimas antigas auxiliando já o bebê a identificar o significado dos códigos.

Em relação à influência da família no gosto de leitura Sandroni e Machado (1991) diz que, as histórias que os pais contam os livros que pais e filhos vêem juntos formam a base do interesse em aprender e gostar dos livros, onde o exercício da leitura, alegria e aventura pode conquistar futuros leitores.

Nesta linha de reflexão, alguns fatores podem inibir o desenvolvimento do interesse pela leitura, entre eles pode estar ligado à situação extra leitura do indivíduo como fatores econômico-sociais, onde a formação do leitor dificilmente se dá de forma espontânea e gradual e sim incorporada a uma rotina aprendiz e mecânica através de uma cartilha, muitas vezes descartável.

Outro fator de inibição do interesse a leitura é quando na escola um único livro é utilizado para todo o ano letivo, aonde sua estética não vem com ilustrações e representações gráficas, em que a separação rigorosa entre a leitura da escola e a leitura particular, ou até mesmo um ignorar da leitura particular de uma criança, contribuem para o processo de desinteresse pela leitura.

No entanto vale salientar que as camadas elevadas da sociedade não são afetadas por esta postura contraditória de aprendizagem e formação.

Na realidade o que parece acontecer é uma divisão de valores e objetivos na formação de um leitor pela parte familiar, dividindo o seu universo em dois mundos distintos movidos e orientados pelos fatores econômicos e necessidades pessoais, como ressalta Zilberman e Silva (1991) que, enquanto as classes dominantes vêem a leitura como fruição, lazer, ampliação dos horizontes, de conhecimentos, de experiências, as classes dominadas as vêem pragmaticamente como instrumento necessário a sobrevivência, ao acesso ao mundo de trabalho, à luta contra suas condições de vida.

Bamberger (1991) mostra, que em lugar de histórias que lhes dão prazer ao espírito, são lhes oferecidas, peças de conhecimento sólido e indirigível, e a seguir, peças de moral autoritária, que vêm de fora, ou seja, criança e adultos falam-se, mas não se compreendem.

Diante disto é percebido que as crianças só desenvolvem o gosto literário e a capacidade crítica, quando se inicia pelos interesses existentes, fazendo com que seu horizonte seja expandido, não pode ser levado a uma imposição com a freqüente intervenção do adulto, seja ele pais, professores, ou bibliotecários.

A leitura pode ser dividida em três níveis básicos: Sensorial, Emocional e Racional sendo inter-relacionados ou simultâneos segundo as expectativas e necessidades e interesses do leitor, no caso da leitura sensorial, em que a aparência do livro é determinante para o interesse da criança ou até mesmo de um adulto, se é grosso, fino, papel áspero, ou encadernado, num primeiro momento o que é levado em consideração é a resposta física, no caso da leitura emocional, o leitor se deixa

envolver pelos sentimentos, ou seja, aquela leitura sem responsabilidade no produto final, e por fim a leitura racional é de caráter reflexivo, intelectual, onde o leitor dialoga com o texto (MARTINS, 1994).

Partindo da noção de que existem as fases de leitura para a criança, e que precisam ser respeitadas e até mesmo estimuladas pelo o adulto, existem também os seus níveis, onde o leitor independentemente da idade se depara com etapas na leitura desde a escolha do livro pela sua aparência e pelo o assunto, passando pelas descobertas e curiosidades, até a chegada da compreensão do texto lido.

3.2 LEITURA NA ESCOLA

A escola é a continuação, ou seja, é um reforço do que foi iniciado na casa da criança, tendo como auxiliar o professor que tem o papel de despertar no aluno o interesse pela leitura, e guiar e orientar as descobertas que o aluno fará no próprio mundo da leitura, oferecendo as crianças um material adequado para as suas pesquisas.

Em relação à importância da escola Felipe (2006, p. 34) menciona:

Entendemos que a base de uma educação de qualidade está relacionada ao seu fazer pedagógico, principalmente no ensino fundamental, pois é nele que a criança dá seus primeiros passos para o seu desenvolvimento intelectual, por ser o período das descobertas. Nessa fase, é primordial que os professores utilizem métodos de cunho interacional que possibilitem a aprendizagem por meio de um compartilhamento de experiências.

Mediante a tais fatos, apesar de ser um ato individual, a leitura na escola incentiva o desenvolvimento da leitura coletiva em turma, onde surgem os debates, a troca de idéias, almejando alcançar a formação de leitores críticos, em que a interação entre livros didáticos e literários é muito importante, no entanto cada um no

seu momento estratégico, se colocada na base da educação, a leitura pode assumir um componente democratizante, sendo uma conexão entre a sala de aula e a sociedade.

No entanto são necessárias as devidas condições para a promoção da leitura nas escolas, como a contratação de bibliotecários escolares para o atendimento a bibliotecas, solicitação de materiais diversificados (livros, jornais, revistas) para o enriquecimento do acervo, convênios com outras bibliotecas públicas para a máxima circulação de obras possíveis, (SILVA, 1993).

A leitura na infância e no período escolar é muito importante e não devem ser levadas apenas como uma obrigação como enfatiza Kleiman (1999), quando lemos porque outra pessoa nos manda ler, como acontece freqüentemente na escola, estamos apenas exercendo atividades mecânicas que pouco tem a ver com significado e sentido.

Silva (1995, p.86) considera que:

O ensino proposto na grande maioria das escolas brasileiras de 1º e 2º graus ainda concebe a leitura como um fim em si mesmo, levando os estudantes à memorização e repetição das idéias dos textos / ou estudo enfadonho da armadura gramatical de enunciados [...].

Esse processo rotineiro, alienante e repetido ao longo das séries escolares, vai distorcendo a natureza intencional da leitura, deformando gradativamente a consciência dos próprios estudantes, transformando a leitura, paulatinamente, numa verdadeira chatice ou processo traumático para o aluno.

Assim, a leitura, deve ser encarada com cuidado, pois o período do ciclo escolar chegará ao seu fim e a motivação pela leitura esfriará, em que os alunos irão procurar um novo mundo diferente da escola, onde Bamberger (1991, p. 30) diz que, “o que leva o jovem a ler não é a importância da leitura, e sim várias motivações e

interesses que correspondem a sua personalidade e a seu desenvolvimento intelectual”.

Diante disto vimos percebe-se que os professores necessitam levar em consideração o desenvolvimento gradativo e os estágios de maturação da leitura por parte da criança, sem pressões para que leiam textos de gênero dissertativos (história, geografia, gramática, etc), no tempo certo a criança será um adulto letrado, ou seja, um leitor maduro.

A participação do professor no processo de leitura da criança é fundamental, devendo procurar compreender a criança e seus antecedentes sócio-culturais e se interessando pela leitura pessoal da mesma, incentivando-a continuar o processo de prática de leitura.

3.3 LEITURA NA BIBLIOTECA

A biblioteca é uma continuação e apoio a sala de aula, com o auxílio de um bibliotecário deverá atender os interesses da clientela a que se destina e promover um contato agradável com o livro, sem imposição de padrões de caráter obrigatório, auxiliando o usuário no desenvolvimento de sua pesquisa, ampliando o seu conhecimento, possibilitando questionar, desvendar através de livros didáticos, obras de referência (enciclopédias, dicionários, atlas, etc.), e livros de ficção (poesia, teatro, prosa, contos, etc), buscando desta forma promover a abertura do caminho para o gosto e a prática de leitura, garantindo ao aluno o acesso ao saber, de forma a incentivar o exercício da cidadania participativa.

A biblioteca, como núcleo de informação, é o serviço que busca dispor para os seus usuários uma informação sem censura, de forma a promover debates, procurando ter um espaço adequado para as crianças não alfabetizadas, área destinada às suas exigências, que desde cedo aprenderiam a chegar às informações, combiná-las e confrontá-las, oferecendo amplas possibilidades de

enriquecimento, com obras de ficção ou de não-ficção, facilitando a livre escolha da criança, sem a intervenção do adulto.

Com o intuito de melhorar o estudo e pesquisa na biblioteca, Silva (1993, p. 114) aconselha um trabalho em conjunto com professores para:

Valorizar a biblioteca, tornando-a um apoio ao planejamento das aulas bem como ao desenvolvimento da leitura e da pesquisa escolar, incentivar os alunos quanto à utilização da biblioteca para leitura, estudo e pesquisa, orientar teoricamente os alunos para a realização das pesquisas, desenvolver atividades de integração com o bibliotecário.

Mediante ao contexto supracitado pelo o autor, é visto que o trabalho em conjunto, entre professores e bibliotecários é de fundamental importância para o bom funcionamento de uma biblioteca, que pode desempenhar de maneira mais eficiente o seu papel no processo de ensino-aprendizagem e promoção do gosto pela leitura.

Em relação aos usuários, apesar de ser importante garantir a frequência dos leitores já conquistados, denominados leitores reais, é fundamental que a biblioteca desenvolva atividades que visem também o leitor-potencial, aquele que não a frequenta por que ainda não foi conquistado, sendo um desafio a ser vencido para a biblioteca, identificar a expectativa, necessidades e interesse dos não leitores e empreender atividades capazes de satisfazê-las como forma de atraí-los (SILVA, 1995).

Diante disto é visto que para acontecer o processo de leitura na biblioteca são necessárias várias etapas a serem transpassadas desde a existência da própria biblioteca com condições estruturais e materiais favoráveis a atração do usuário para dentro da unidade, até o bom atendimento do pessoal de circulação oferecendo-lhes um conteúdo informacional condizente com a sua realidade, auxiliando na escolha deste, de forma a satisfazer as suas necessidades e conquistá-lo, de forma que faça da sua vinda a biblioteca um hábito.

3.4 LEITURA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Na sociedade contemporânea a prática/gosto de leitura e a busca pela informação e conhecimento precisa ser um processo contínuo, ou o indivíduo pode ficar excluído socialmente num estado de ignorância, ou seja, a sociedade precisa estar consciente das necessidades de incentivo a ações de leitura, pois uma sociedade leitora, informada, atualizada, consciente e participativa, com senso crítico tem suas particularidades e vantagens.

A leitura é uma ferramenta geradora de diversas vantagens para quem a busca, se levada como pilar principal em um processo de melhoria para a sociedade e ensino-aprendizagem, acarreta vários benefícios como: promover o resgate da cidadania e da auto-estima, incentivar o desenvolvimento de um olhar crítico e de competências, ampliando o vocabulário e a interação social, uma aprendizagem das obras, profissionais mais capacitados e competentes e por fim, a ampliação dos horizontes.

Em relação a estar inteirado com o mundo, é necessário motivação para buscar uma informação de qualidade para o acompanhamento das mudanças que estão acontecendo mundialmente e que têm uma interferência significativa na conjuntura social, político, econômico e cultural do país.

Partindo do princípio das mudanças e no contexto das transformações, principalmente sociais, econômicas e políticas, baseando-se nas exigências do cenário global através das novas tecnologias com novos desafios e oportunidades, surge a Sociedade da informação, a qual pode também ser chamado de Sociedade do Conhecimento ou Nova Economia, surgida no fim do Século XX, com origem no termo Globalização.

Este novo modelo de organização gira em torno do desenvolvimento social e econômico, baseada na própria informação, exigindo dos leitores o desenvolvimento de uma nova postura, ou seja, uma competência informacional numa tomada de

decisão em escolher qual a informação que mais interessa neste grande volume de material informacional vigente.

Ainda em relação a este novo modelo, nota-se a exigência da consciência por parte do indivíduo de que a leitura é um via de inclusão social para a melhoria de sua formação, em que o acesso e o domínio destas novas tecnologias assumem papel estratégico e determinante para que participem ativamente deste mundo globalizado, onde todos estes fatores em conjunto com o conhecimento fazem com que esta sociedade contemporânea alavanque possibilitando a produção de riqueza, bem-estar e qualidade de vida para o cidadão.

Esta mesma sociedade, a qual oferece uma qualidade de vida e bem-estar, exige das pessoas uma formação ampla, especializada, um espírito empreendedor e criativo, domínio de línguas estrangeiras, capacidade para resolução de problemas, ou seja, as pessoas precisam se adaptar a este novo paradigma, para entrar no contexto da sociedade contemporânea cada vez mais competitiva, por isso se faz necessária a formação rápida e permanente das pessoas para que se adequem a postura exigida, seja como trabalhador, ou como consumidor, onde a leitura tem um papel determinante para nesta via de inclusão. Dessa forma, a leitura será reforçada no próximo capítulo.

4 LEITURA: ANÁLISE CONTEXTUAL BRASILEIRA

A leitura no Brasil atravessa um momento preocupante, um dos motivos deste dilema pode estar ligado ao baixo poder aquisitivo da população e o alto valor monetário dos livros, em que brasileiros compraram no ano de 2004 incluindo livros didáticos distribuídos pelo governo menos livros do que em 1991.

A indiferença e a aversão dos brasileiros pelos livros, não é recente tem raízes mais profundas, onde Séculos de escravidão levou os líderes do país a negligenciar a educação e o incentivo a formação de leitores, onde a escola primária só se tornou universal na década de 90 (FOLHA.COM, 2006).

Este problema da leitura no Brasil é considerado muito delicado, partindo do pressuposto que numa sociedade contemporânea do Século XXI, intitulada sociedade da informação, baseada no conhecimento como “motor” do desenvolvimento, um cidadão que não for competente para selecionar, refletir a gama de informação oferecida, pode ficar impedido de adquirir uma opinião própria, um senso crítico, ficando exposto a alienação e manipulação imposta pela elite e ainda pode ficar excluído socialmente neste capitalismo cada vez mais competitivo e excludente.

A escola de forma geral deveria ser uma das maiores incentivadoras do processo de leitura de uma sociedade, no entanto o sistema de ensino vigente tem dificultado a formação de leitores, onde a mesma nos últimos anos não tem contribuído para a solução do problema.

O ministro Paulo Renato de Souza em seu período como Ministro da Educação na gestão do Presidente da República Fernando Henrique Cardoso disse que a escola brasileira não sabe ensinar a ler, tentando desta forma justificar o fraco desempenho dos estudantes brasileiros junto ao Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA) colocando o Brasil em último lugar entre os 32 países avaliados quanto à capacidade de leitura, assimilação e interpretação de texto (BRASIL. Ministério da Educação, 2001).

É visível a importância da necessidade do papel do livro na formação do brasileiro, criar um ambiente favorável à leitura, com a valorização de quem lê, enfatizando que para estas falhas, a solução vai muito além da compra de obras didáticas pelo governo ou a multiplicação de bibliotecas públicas, é preciso colocar a leitura em primeiro lugar.

O que é notório é que a população de baixa renda é a mais atingida em relação às falhas educacionais no Brasil, onde os alunos não passam de alguns anos na escola, onde existe um desvio da realidade dos objetivos escolares em incentivar uma leitura autônoma, principalmente na resolução de problemas em sua vida cotidiana para formar assim cidadãos conscientes e preparados para atuar na sociedade e forma igualitária.

Um dos problemas da existência de analfabetos funcionais em nosso país é o fato do modelo de ensino adotado estar baseado unicamente nos livros didáticos como único material escrito que os alunos têm para a prática da leitura, Ziberman, (1991 p. 81) menciona, que “em outras palavras, a leitura funcional nascerá do convívio com o material escrito adequado, e somente dele”.

Partindo deste princípio nota-se o desinteresse dos estudantes pelo livro didático, pois o mesmo não possui métodos atrativos para chamar atenção dos alunos, que só o procuram nas suas necessidades de notas escolares, limitando assim o seu processo de leitura e como consequência limita a sua visão de mundo, sem uma compreensão da realidade que o cerca, onde se sabe que a complexidade do texto está ligada diretamente ao nível de conhecimento intelectual do leitor, quanto maior for o seu conhecimento prévio, maior será a sua capacidade de compreensão textual.

Os livros didáticos poderiam ser um apoio para adquirir uma leitura funcional, no entanto precisam ser avaliados e adequados aos leitores pretendidos, pois muitos textos didáticos estão a níveis de linguagem avançados em relação e escolaridade, desestimulando o aluno a adquirir o gosto pela leitura.

Em relação à adaptação dos livros didáticos para a educação dos alunos Ziberman, (1991 p. 85) sugere que:

Primeiro seria importante trabalhar para obter uma mudança de atitude quanto ao problema da aquisição de uma leitura funcional. Isto incluiria reconhecer que : a) a aquisição da leitura funcional é primordial da escola, no sentido de que é um pré-requisito para o sucesso escolar em todas as outras disciplinas; b) portanto a tarefa de alfabetizar funcionalmente os alunos não podem limitar-se à disciplina Língua Portuguesa, mas é responsabilidade da escola como um todo e de todos os professores; c) o livro didático é um instrumento crucial como apoio na aquisição da leitura funcional; portanto, ele deve ser planejado tendo em vista a sua funcionalidade. O terceiro ponto nos leva a uma última tarefa, que eu formularia assim: d) é necessário agir junto aos autores, editoras e escolas no sentido de conscientizá-los da necessidade de planejar o texto didático de maneira a otimizar seu efeito como instrumento de alfabetização funcional; é necessário desenvolver critérios que permitam criticar e reformular tais textos de acordo com essa finalidade.

Mediante a isto é visto que as escolas para assumirem o seu papel de formadora de leitores funcionais necessitam de textos educacionais de qualidade auxiliados por livros didáticos revisados e adaptados a realidade dos estudantes, ou seja, não é aconselhável adotar apenas o livro didático como fonte de material impresso oferecido aos alunos, visto que esta prática poderia acarretar o desinteresse por parte dos alunos e uma aversão total ao gosto pela leitura.

Em relação ao perfil de leitores no Brasil, o Instituto Pró-Livro (p. 19, 2008) traz os seguintes dados:

A maior parcela de não-leitores está entre os adultos: 30 a 39 (15%), 40 a 49(15%), 50 a 59 (13%) e 60 a 69 (11%). O número de não-leitores diminui de acordo com a renda familiar e de acordo com a classe social. Quase não há não-leitores na classe A e há apenas 1% de não-leitores quando a renda familiar é de mais de 10 salários mínimos. Isso pode levar à conclusão de que o poder aquisitivo é significativo para a constituição de leitores assíduos.

Relacionado a tais informações é visto que o fator financeiro do cidadão conta muito para sua formação como leitor, sendo um fato a ser pensado e levado em consideração, pois o Brasil é uma nação de grandes contrastes sociais, em que a maioria das famílias por desconhecimento não exercem o papel fundamental de primeira e mais importante definidora do valor da leitura.

Existem formas de reverter o índice de não-leitores que podem ser solucionados por meio de programas de alfabetização de crianças, jovens e adultos, valorização e qualificação dos educadores, produção divulgação e aquisição de obras condizentes a realidade da sociedade. Estas medidas deveriam ser uma prioridade para nossas autoridades, pois as escolas têm dificuldades em formar leitores para a vida inteira.

Entretanto, o Ministério da Cultura em seu site oficial defende o crescimento da leitura no Brasil quando enfatiza que o índice de leitura aumentou 150% nos últimos dez anos, passando de 1,8 livros por ano em média, para 4,7, contudo ainda que os números serem considerados relevantes, o Sindicato Nacional dos Editores de Livros (Snel) deixa claro, que o índice de leitura anual do brasileiro ainda é pequeno se comparado ao de países mais desenvolvidos, e até mesmo de outros países em desenvolvimento, pois nesta contabilidade, o governo acrescenta os livros didáticos de leitura obrigatória (BRASIL. Ministério da Cultura, 2010).

A Câmara Brasileira do Livro (CBL) constatou um aumento de 13,5% de obras publicadas no ano passado em relação a 2008, porém a compra governamental de exemplares de livros técnico-científicos é considerada baixa, ou seja, não acompanham o aumento do interesse pelo setor, fazendo com que o próprio estudante tenha que comprar o material informacional para se qualificar (PIB, 2010).

Para reforçar a dimensão das falhas no processo de leitura no Brasil, Siqueira (2005) enfatiza que o brasileiro lê pouco e muito mal devido ao analfabetismo seja funcional ou total ainda existente no país, onde os estudantes brasileiros não passam dos últimos e penúltimos lugares, entre os alunos de outros países nos diversos exames nacionais e internacionais promovidos com frequência pela Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Diante desta realidade pode-se perceber que existem divergências de opiniões entre autoridades e especialistas em relação aos índices da real situação da leitura no Brasil.

No entanto contrariando esta realidade preocupante e delicada, um grupo de pessoas autônomas e organizações não-governamentais têm trabalhado para tentar mudar esta realidade que só empobrece intelectualmente o país, criando e multiplicando projetos de incentivo à leitura por todo o País, onde Cunha (2009) revela dados do Programa Nacional do Livro e Leitura (PNLL) e dos Ministérios da Cultura e da Educação mostrando que o número de projetos cadastrados saltou de 162 em 2006 para quase 600 em 2008, as formas utilizadas são das mais variadas como bibliotecas em casas à margem dos rios na região amazônica, nas garagens da periferia de grandes cidades, em carroças de animais, no porta-malas de carros, em ônibus adaptados e vizinhos que se unem e criam grupos de leitura.

Mediante dados estatísticos de entidades e opiniões de diversos especialistas, pode-se entender que o quadro de leitura no Brasil precisa ser revisto pelas autoridades, contudo a leitura não é a única questão a ser analisada, a educação também merece um olhar diferenciado, é dela que iremos falar no tópico seguinte.

4.1 A EDUCAÇÃO E O ENSINO FUNDAMENTAL NO BRASIL

O ensino fundamental é a etapa inicial obrigatória de escolarização no Brasil, é uma fase a que todo cidadão brasileiro tem direito e um compromisso em que todos (Estado, o Governo, a sociedade, as instituições de modo geral e os profissionais da educação) têm a sua parcela de responsabilidade.

A Lei de Diretrizes e Base de 1971 - Lei 5692/71 | Lei no 5.692, de 11 de agosto de 1971 diz:

Art. 1º O ensino de 1º e 2º graus tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania.

1º Para efeito do que dispõe os artigos 176 e 178 da Constituição , entende-se por ensino primário a educação correspondente ao ensino de primeiro grau e por ensino médio, o de segundo grau.

2º O ensino de 1º e 2º graus será ministrado obrigatoriamente na língua nacional. (BRASIL, 1971).

Em relação à Lei de Diretrizes e Base posta em prática, Melo (2008) menciona alguns dados estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) do ano de 2007, indicando que 97.6% dos brasileiros de 7 a 14 anos estudam, no entanto divulgou também que mais de dois milhões de analfabetos, considerados dentro desse percentual freqüentam a escola.

Diante deste quadro percebe-se certa contradição nas informações estatísticas relatadas, de um lado quase 100% das crianças na escola e de outro, boa parte delas em estágio de analfabetismo, são estas interpretações que confundem a cabeça de quem lê e põe em cheque a credibilidade dos dados apresentados.

Oferecer um bom nível de alfabetização é um processo trabalhoso e minucioso que depende de investimentos na área, ou seja, de profissionais qualificados e com remuneração justa e satisfatória.

Na realidade o que deixa implícito é que o interesse das autoridades brasileiras é de apenas apresentar números que reflitam uma situação confortável, com o objetivo estatístico de alterar positivamente os resultados nacionais, que são muito criticados por diversas instituições de pesquisa, sejam nacionais ou internacionais, levando o governo a implementar políticas de quantidade educacional, que mostrem resultados em curto prazo, aumentando o número de alunos matriculados nas escolas, independentemente das suas condições de funcionamento.

Nesta falta de uma política de qualidade, os alunos, principalmente os mais carentes de escola pública são diretamente prejudicados, comprometendo e interferindo no futuro científico e intelectual do país.

Diante de tais fatos, a educação com qualidade é um instrumento fundamental para a construção de uma sociedade de conhecimento, contudo a realidade brasileira em relação aos níveis educacionais ainda apresenta deficiências, retardando o processo de inclusão do cidadão nesta sociedade modernizada.

A representação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO¹) no Brasil identificou alguns entraves na construção de um sistema educacional eficiente:

A distância observada entre os preceitos e as metas definidas na legislação educacional nacional e nos compromissos internacionais e a realidade nacional mostrada pelos indicadores educacionais, a participação limitada da sociedade civil em defesa do direito à educação, desigualdades nas condições de acesso à educação e nos resultados educacionais das crianças, jovens e adultos brasileiros[...], insuficiência na qualidade educacional, valorização, formação e condições de trabalho dos profissionais da educação[...].

Mediante esta realidade é visto que os desafios da educação no Brasil ultrapassam os limites da escola, ou seja, o Estado precisa garantir a qualidade de ensino, autonomia escolar e criatividade do docente tornar a sala de aula condizente com a realidade e as necessidades dos alunos que permitam a todos a sua freqüência regular e que promova condições plenas de igualdade pedagógica, atendendo a população mais pobre e marginalizada.

Em relação aos alunos matriculados no Brasil, Arelaro (2005) salienta sobre o ensino fundamental através de dados estatísticos do ministério da Educação (MEC) do ano de 2003, que mostra que dos 34,4 milhões de alunos matriculados no ensino

¹ Documento eletrônico não paginado.

fundamental regular cerca de 90% do atendimento é feito pelo Poder Público e aproximadamente, (10%) dos alunos são de escolas privadas.

Na teoria o dever do Estado para com o ensino fundamental vem sendo cumprida e mantida, no entanto, conforme esses mesmos dados, o autor acima supracitado reforça, que a questão da desigualdade na permanência escolar ainda permanece, onde 20% dos alunos de 1ª a 4ª série abandonam a escola no meio do caminho e se tratando da 8ª série os dados são ainda mais alarmantes cerca de 40% desaparecem do sistema escolar não chegando nem ao ensino médio.

Apesar dos jovens hoje passarem mais tempo em sala de aula o processo de escolarização da maioria dos brasileiros ainda é marcado por oportunidades limitadas prevalecendo expressivas desigualdades educacionais entre ricos e pobres, brancos e não brancos, e moradores de áreas urbanas e rurais e das diferentes regiões (DIÁRIO DE GUARULHOS, 2008).

Partindo desta realidade é visto que a realidade da crise da educação brasileira não é algo recente, é um problema apresentado ao longo de décadas, onde é percebido que os altos índices de repetência e evasão escolar no ensino fundamental não é homogêneo nas diversas regiões do país, ou seja, nas mais pobres no caso das regiões Norte e Nordeste essa defasagem aumenta.

Para buscar honrar com os compromissos internacionais assumidos foi formado um plano para o meio educacional, o Plano Nacional de Educação (PNE) aprovado pelo Governo Federal em 2000 e regulamentado pela Lei 10.172 de 09 de janeiro de 2001, visando tratar da educação para todo o território nacional, nos seus diversos níveis e modalidades (BRASIL. Ministério da Educação, 2001).

Este plano define as diretrizes para a gestão e o financiamento da educação, as diretrizes e metas para cada nível e modalidade de ensino e as diretrizes e metas para a formação e valorização do magistério e demais profissionais da educação.

Os objetivos do Plano Nacional de Educação (2001) são a elevação global do nível de escolaridade da população, a melhoria da qualidade do ensino em todos os

níveis, a redução das desigualdades sociais e regionais no tocante ao acesso e à permanência, com sucesso, na educação pública e democratização da gestão do ensino público, nos estabelecimentos oficiais, obedecendo aos princípios da participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e a participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Todos os indícios apontam a necessidade das autoridades proporcionarem as condições ideais das escolas assumirem o seu papel de formadoras de leitores, de levantarem o perfil do leitor de livros, buscando intensificar sua ação de promotora do gosto pela leitura, levando em consideração que a educação continuada e a remuneração digna dos profissionais/educadores mediadores de leitura é muito importante neste processo, sendo estas a formas mais interessantes de reverter índices negativos de leitores no Brasil em relação a quaisquer pesquisas, seja ela nacional ou internacional, buscando assim melhorar o nível do quadro escolar e de leitores com investimento na valorização social da leitura e do livro.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi pesquisado e analisado, constatou-se que a leitura é um ato muito importante no processo de aprendizagem de qualquer assunto, sendo considerado um exercício pelos especialistas, o progresso de uma nação em âmbito social e até mesmo econômico, podendo ser relacionado a uma sociedade letrada, com acesso a informação.

Partindo deste pressuposto, a leitura é um mecanismo imprescindível para a formação de cidadãos críticos, proporcionando ao indivíduo uma conscientização, fornecendo subsídios que o auxiliará na tomada de decisão, onde esta informação compreendida é fundamental para a construção e o exercício pleno da cidadania, dando as coordenadas e incentivando uma participação, um compartilhamento de conhecimento, um compromisso pessoal com a sociedade, em que o indivíduo é conhecedor de seus direitos e deveres, acobertado pela constituição brasileira que dá a garantia de igualdade a todos perante a lei.

As escolas podem ser uma das maiores incentivadoras do processo de leitura, atuando diretamente na formação de leitores, auxiliados por professores mediadores da própria leitura buscando reverter índices negativos de leitores no Brasil e promoverem a cidadania, beneficiando e desenvolvendo toda uma sociedade.

A Biblioteca Escolar como um contexto de aprendizagem é responsável pela formação social dos indivíduos através da democratização da leitura, tendo como finalidade fornecer material informacional necessário a atividades diárias de professores e alunos de uma escola, devendo está intimamente ligada e relacionada com a realidade da própria escola, atuando como complemento das atividades realizadas em sala de aula, onde desempenha importante papel no hábito e gosto da leitura e preparação dos alunos para as mudanças constantes de uma sociedade, buscando a formação do cidadão e sua qualificação.

Levando em consideração que a sociedade do século XXI está cada vez mais evoluída e em consequência deste desenvolvimento aumenta também a exigência em relação ao indivíduo, que precisa buscar conhecimento e qualificação para se adaptar e conviver nesta realidade, onde a velocidade no aumento do volume de informações necessita de um critério de seleção, ou seja, uma competência informacional (Information Literacy) e domínio das novas tecnologias.

A biblioteca escolar em conjunto com professores e bibliotecários podem e devem se fazer presentes no desenvolvimento do aluno nesta competência já partir do ensino básico, apresentando a informação de forma criativa e expositiva em diversos formatos, incentivando a sua devida seleção e questionamentos, ou seja, buscar preparar o aluno para esta sociedade contemporânea e sofisticada.

É essencial que o primeiro contato da criança com a biblioteca escolar seja positivo, pois para a maioria delas o primeiro contato com livros se dá neste ambiente, que deve ser utilizada como um recurso de ensino e aprendizagem para desenvolver o potencial reflexivo crítico e criativo de estudantes e cidadãos e promover a elevação das condições de vida da população brasileira, formando jovens esclarecidos e participativos transformando a sociedade de modo geral.

Partindo deste pressuposto, a biblioteca escolar é um espaço muito importante, sendo considerada elemento fundamental na estrutura curricular de um indivíduo, devendo atuar no sistema educacional e ser uma ferramenta essencial na transmissão do conhecimento se levado em consideração o elevado volume de informações que ela comporta, buscando fornecer desta forma um material adequado tanto para aluno como para professores com o objetivo de promover o gosto e o hábito da leitura e assim buscar satisfazer às necessidades de quem a busca.

É notória a importância da Biblioteca Escolar estruturada e com um acervo variado e de qualidade no processo de ensino-aprendizagem do indivíduo, em que algumas medidas tomadas e colocadas em prática ainda no período da escola, podem fazer a diferença para toda a vida.

Diante da necessidade e das mudanças da sociedade, o bibliotecário do século XXI tem um papel de educador na biblioteca escolar, ou seja, uma postura equivalente a de professor, buscando uma maior aproximação com a comunidade e dinamização da biblioteca, organizando programas culturais, interagindo o seu perfil tecnicista com o social, onde o profissional Bibliotecário capacitado passa exercer a dupla função de organizar a informação, e ao mesmo tempo atuar como educador, orientando o aluno na utilização da biblioteca e em parceria com professores despertar o gosto e o hábito da leitura do mesmo, no intuito de atender uma dimensão educativa e aos interesses de seus usuários.

Partindo deste contexto é fundamental a interação entre bibliotecário, professores e os pais dos alunos, esta integração é muito importante para a formação do próprio aluno, influenciando na transformação de um usuário em potencial para usuário real de uma biblioteca escolar.

No entanto para que esta transformação seja bem sucedida e que os usuários se transformem em cidadãos esclarecidos e competentes, o bibliotecário deve democratizar o acervo para todas as camadas da população, trabalhando ao lado do professor, cada um dentro de sua competência, sempre respeitando o limite de espaço do outro, ou seja, os dois são agentes de mediação das práticas educativas e pedagógicas.

Outro ponto importante e essencial no caso da parceria entre bibliotecários e professores como mediadores de leitura é que ambos exercem influência na motivação e interesses do futuro leitor, ou seja, para que este leitor desenvolva habilidades e interesses de leitura para uma vida inteira, dependem da própria educação continuada e motivação dos mediadores de leitura.

Partindo desta afirmação é notória a responsabilidade e a importância de um profissional bibliotecário no bom andamento de uma biblioteca escolar, onde desempenha diversos papéis, entre eles, o de demonstrar o seu lado tecnicista com a organização, classificação e catalogação de acervos para uma busca mais eficiente da informação que satisfaça a necessidade do pesquisador, como também

o de atrair o usuário e motivá-lo a prática e gosto pela leitura, guiando-o nas diferentes etapas de sua formação.

No entanto para que o bibliotecário escolar se adéqüe a esta nova realidade e tenha uma maior consciência de sua postura educativa é necessária uma formação pedagógica do mesmo.

Enfim, a leitura é muito importante a construção da cidadania, em que o trinômio “professor, biblioteca escolar e bibliotecário escolar” é fundamental neste processo, incentivando á prática e o gosto pela a leitura e como consequência a formação do leitor, preparando desta forma o indivíduo para as exigências da sociedade moderna e formando um cidadão participativo e esclarecido em busca de uma sociedade mais justa e igualitária.

REFERÊNCIAS

ARELARO, Lisete Regina Gomes. **O ensino fundamental no Brasil: Avanços, perplexidades e tendências.** 2005. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>> Acesso em: 19 out. 2010.

BAMBERGER, Richard. **Como Incentivar o hábito de leitura: perspectivas interdisciplinares.** Tradução: Octávio Mendes Cajado. São Paulo: Ática, 1991. (Educação em Ação).

BARRETO, Aldo. Transferência da informação para o conhecimento. In: AQUINO, Mírian. **O Campo da Ciência da Informação: gênese, conexões e especificidades.** João Pessoa: Editora universitária, 2002. p.49-59.

BORBA, Maria do Socorro de Azevedo. **Adolescência e leitura: a contribuição da leitura e da biblioteca escolar.** Natal: EDUFRN, 1999.

BRASIL. Inep: **Programa internacional de avaliação de alunos.** Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/internacional/pisa/>>. Acesso em: 27 set. 2010.

BRASIL. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus. Brasília, DF, 12 ago.1971. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/128525/lei-de-diretrizes-e-base-de-1971-lei-5692-71>>. Acesso em: 28 out. 2010.

BRASIL. Ministério da Cultura. 2010. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/2010/08/11/indice-de-leitura-no-brasil-cresce-mais-de-150-em-dez-anos-mas-ainda-e-pequeno-segundo-editores/>>. Acesso em: 28 set. 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação** 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/pne.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2010.

CAMPELLO, Bernardete Santos. Biblioteca e parâmetros curriculares nacionais (PCN). In: _____ et al. **A biblioteca escolar: temas para uma prática pedagógica.** 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 17-19.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 11. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CIPRO NETO, Pasquale. Dicionário da Língua Portuguesa comentado pelo professor Pasquale. Barueri: Gold Editora, 2009. V.1 P. 106

COVRE, Maria de Lourdes Manzini. **O que é cidadania**. São Paulo: Brasiliense, 2007. 78 p. (coleção primeiros passos; 250).

CUNHA, Murilo. **A Informação: leitura no Brasil**. Disponível em: <http://ainformacao.blogspot.com/2009/01/leitura-no-brasil.html> Acesso em: 28 set. 2010.

DIÁRIO DE GUARULHOS. **Jovens passam mais tempo em sala de aula**. 2008. Disponível em: <http://www.diariodeguarulhos.com.br/jornal/materia.jsp?id=9963&ca=22>. Acesso em: 29 out. 2010.

FELIPE, André Anderson Cavalcante . **Diretrizes para construir docentes formadores de leitores e para o desempenho da biblioteca escolar como espaço mediador da leitura**. 2006. 54 fls. Monografia (Graduação em Biblioteconomia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.

FOLHA. COM. **Leitura no Brasil é uma "vergonha", diz "The Economist"**. 2006. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u58816.shtml>. Acesso em: 28 set. 2010.

GARCIA, Edson Gabriel. **A leitura da escola de 1 grau: por uma outra leitura da leitura**. São Paulo: Loiola, 1988.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. (IBGE): educação no Brasil. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/pesquisas/educacao.html>. Acesso em: 03 de out. 2010.

INSTITUTO PRÓ LIVRO. **Pesquisa sobre retratos da leitura no Brasil**. 2007. Disponível em: <http://www.prolivro.org.br/ipl/publier4.0/dados/anexos/48.pdf>. Acesso em: 28 set. 2010.

KATO, Mary. **O aprendizado da leitura**. 3. ed. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora, 1985.

KLEIMAN, Angela. **Texto e leitor: aspectos cognitivos de leitura**. 6. ed. Campinas: Pontes, 1999.

KUHLTHAU, Carol. **Como usar a biblioteca na escola: um programa de atividades para o ensino fundamental**. Trad. Por Bernadete Santos Campelo. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MARTINS, Maria Helena. **O que é leitura**. 19. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Coleção primeiros passos).

MELO, Tânia. **Sobre crianças e adolescentes**. 2008. Disponível em: <<http://www.jblog.com.br/taniamelos.php?itemid=10219>>. Acesso em: 28 set. 2010.

MILANESI, Luis. **O que é biblioteca**. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983. (Coleção Primeiros Passos; 94).

ONU. (Organização das Nações Unidas): **Declaração Universal dos Direitos Humanos**: Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembléia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Artigo I. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm>. Acesso em: 25 set. 2010.

ORIÁ, R. **Educação, cidadania, diversidade cultural**. Brasília: humanidades, 1997. p. 157-159.

PERISSÉ, Gabriel. **A leitura em último lugar: ler, pensar e escrever**. 2002. Disponível em: <<http://www.kplus.com.br/materia.asp?co=54&rv=Colunistas>>. Acesso em: 28 set. 2010.

PIB. (Perspectivas do Investimento no Brasil). **Perspectiva do investimento em Cultura**. 2010. Disponível em: <http://www.projetopib.org/arquivos/10_ds_cultura_editorial.pdf>. Acesso em: 25 de set. 2010.

PINSK, Jaime. **Cidadania e educação**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2005. 189 p. Pontes, 1999.

REZENDE FILHO, Cyro de Barros; CÂMARA NETO, Isnard de Albuquerque. **A evolução do conceito de cidadania**. Universidade de Taubaté. 2007. Disponível em: <<http://www.unitau.br/scripts/prppg/humanas/download/aevolucao-N2-2001.pdf>>. Acesso em: 28 set. 2010.

ROCHA, Marisa Perrone Campos. A questão cidadania na sociedade da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 1, p. 40-45, 16 jan. 2000. jan./abr..2000.

SANDRONI, Laura C.; MACHADO, Luiz Raul (Orgs.). **A Criança e o Livro**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1991. (Educação em Ação).

SANTOS, Elisangela Marina dos; Duarte, Elizabeth Andrade; PRATA, Nilson Vidal. **Cidadania e trabalho na sociedade da informação: uma abordagem baseada na competência informacional**. 2008. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/142/512>>. Acesso em: 26 set. 2010.

SILVA, Ezequiel Teodoro da. **De olhos abertos: reflexões sobre o desenvolvimento da leitura no Brasil**. São Paulo: Ática, 1991.

SILVA, Ezequiel Theodoro da. **Leitura na escola e na biblioteca**. 4. ed. Campinas: Papyrus, 1993.

SILVA, Normélia Guedes da. **Formação do leitor na perspectiva de uma biblioteca escolar ideal**. 2009. 62 fls. Monografia - (Graduação em Biblioteconomia) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

SILVA, Waldeck Carneiro da. **Miséria da biblioteca escolar**. São Paulo: Cortez, 1995.

SIQUEIRA, Jack. **Jornal O Tempo**. 2005. A leitura no Brasil. Disponível em: <http://www.vivaleitura.com.br/noticia_show.asp?id_noticia=170>. Acesso em: 27 set. 2010.

UNESCO. (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura): **Desafios e Estratégia em Educação no Brasil**. Disponível em: <<http://www.unesco.org/pt/brasilia/education-in-brazil/>>. Acesso em: 28 set. 2010.

ZILBERMAN, Regina; SILVA, Ezequiel Theodoro da (Org.). **Leitura: perspectivas interdisciplinares**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1991.(Fundamentos).